

A ATIVIDADE PESQUEIRA NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS, ESTADO DO PARÁ¹

Breno Portilho de Sousa Maia²
Leandro Maciel Freitas³
Marcos Ferreira Brabo⁴
João Vicente Mendes Santana⁵
Francisco Carlos Alberto Fonteles Holanda⁶

1 - INTRODUÇÃO

Em 2009, a produção mundial de pescado foi a maior da história com 144,6 milhões de toneladas, e a aquicultura respondeu por 55,7 milhões e a pesca por 88,9 milhões de toneladas, valor que ratifica esta atividade como essencial na produção de alimento e geração de emprego e renda em nível global (FAO, 2011).

A pesca em águas continentais foi responsável por apenas 10,3 milhões de toneladas, enquanto a pesca marinha contribuiu com 78,6 milhões. Dessa forma, 54,4% do volume total de pescado produzido no mundo foi proveniente da captura em ambiente marinho (FAO, 2011).

O Brasil apresentou uma produção pesqueira de 1,2 milhão de toneladas no ano de 2009, o que representou 0,86% do total mundial, sendo a aquicultura responsável por 415,6 mil toneladas e a pesca por 825,1 mil; seguindo a tendência global, a maior contribuição foi dada pela pesca marinha com 585,6 mil toneladas, tendo a pesca continental produzido 239,4 mil (MPA, 2010).

A produção pesqueira da costa brasileira é considerada baixa em relação à sua extensão, principalmente pela escassez de fenômenos naturais que propiciem alta produtividade e pelos reduzidos estoques. Porém, existem pontos da plataforma continental onde a ressurgência e o aporte de material orgânico da descarga de rios

promovem incremento à produtividade (CASTELLO, 2010).

O litoral amazônico inclui a costa dos Estados do Pará, Amapá e Maranhão, apresentando vocação natural para a exploração de recursos pesqueiros, nessa região, a descarga de nutrientes, oriunda da decomposição das florestas, do manguezal e das planícies inundadas do rio Amazonas, é responsável pela formação de condições propícias de produtividade (ISAAC-NACHUM, 2006).

Esta característica coloca o Estado do Pará em posição de destaque no cenário pesqueiro nacional, tendo apresentado a segunda maior produção no ano de 2009 com 136,2 mil toneladas de pescado, das quais 90,2 mil t foram oriundas do extrativismo em ambiente marinho. Essa unidade da Federação apresentou o maior número de registros de pescadores no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) com 167.494 (MPA, 2010).

Neste contexto, a atividade pesqueira assume papel fundamental na economia dos municípios da costa litorânea paraense, tendo em vista que, entre a captura e a mesa do consumidor, todo recurso pesqueiro passa por diversos segmentos de um fluxograma de produção, denominada cadeia produtiva do pescado (SANTOS, M., 2005).

O termo cadeia produtiva pode ser entendido como etapas que interagem no processo produtivo com a finalidade de ofertar produtos e

¹Registrado no CCTC, IE-28/2016.

²Engenheiro de Pesca, Mestre, Instituto de Estudos Costeiros (IECOS), Laboratório de Pesca e Navegação (LAPEN), Universidade Federal do Pará (UFPA) (e-mail: brenopsm@hotmail.com).

³Engenheiro de Pesca, Instituto de Estudos Costeiros (IECOS), Laboratório de Pesca e Navegação (LAPEN), Universidade Federal do Pará (UFPA) (e-mail: leandromacsr@gmail.com).

⁴Engenheiro de Pesca, Doutor, Instituto de Estudos Costeiros (IECOS), Faculdade de Engenharia de Pesca (FEPESCA) (e-mail: mbrabo@ufpa.br).

⁵Engenheiro de Pesca, Mestre, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) (e-mail: joaovicentesantana@gmail.com).

⁶Engenheiro de Pesca, Doutor, Instituto de Estudos Costeiros (IECOS), Laboratório de Pesca e Navegação (LAPEN), Universidade Federal do Pará (UFPA) (e-mail: fcholanda@ufpa.br).

serviços ao mercado consumidor. Tal rede se constitui numa sequência de atividades que se completam, sendo decomposta em segmentos, como: fornecedores de insumos e serviços, sistemas produtivos, indústrias de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, e de consumidores (DINIZ et al., 2010; SILVA, 2005;).

Estes segmentos são influenciados pelos ambientes institucional e organizacional, que estão relacionados com o conjunto de regulamentos, normas, leis, políticas públicas e ações da iniciativa privada, além de instituições governamentais e financeiras que afetam a cadeia produtiva (SANTANA, 2004; SANTOS, G., SANTOS, A., 2005).

Na pesca, destacam-se os seguintes segmentos: suprimento, responsável por abastecer a pesca de insumos, como embarcações, apetrechos de pesca, combustível, gelo, alimento da tripulação, motores e equipamentos de refrigeração; produção, composto pelo proprietário da embarcação, denominado de armador e pela tripulação de pesca; transformação, em que se encontram as indústrias de pescado; distribuição, formado por atacadistas e varejistas; e consumo, representado pelo consumidor (SANTOS, M., 2005).

O cenário atual da atividade pesqueira, em que o custo operacional vem evoluindo consideravelmente e o volume desembarcado apresenta tendência de estagnação e até de declínio, exige uma compreensão sistêmica das relações entre os agentes econômicos que compõem a cadeia produtiva do pescado, visando viabilizar as operações em seus diferentes segmentos (CASTELLO, 2010).

A importância de Salinópolis como produtor de pescado na costa litorânea paraense e a carência de informações sobre a atividade pesqueira praticada no local tornam oportuno o desenvolvimento deste estudo que objetiva caracterizar a atividade pesqueira no município, gerando informações que possam subsidiar ações dos setores público e privado para estruturação e desenvolvimento do setor.

2 - MATERIAL E MÉTODOS

2.1 - Caracterização da Área

O município de Salinópolis está situado na mesorregião nordeste do Estado do Pará, mi-

corregião do Salgado (Figura 1). Apresenta uma unidade territorial de 217,48 km² e 37.421 habitantes, limitando-se a norte com o Oceano Atlântico, a leste com São João de Pirabas, a oeste com Maracanã e ao sul com São João de Pirabas e Maracanã. Sua distância de Belém, capital do estado, é de 220 km por via rodoviária, localizando-se nas seguintes coordenadas geográficas: 0°37'30" S e 47°22'30" W (IBGE, 2010).

A pesca representa principal atividade econômica de Salinópolis, visto que movimenta o comércio local e envolve um grande contingente de pessoas. É praticada em sua totalidade de forma artesanal, explora uma grande variedade de espécies e abastece principalmente o mercado local (FERRO, 2010).

2.2 - Obtenção e Análise de Dados

A etapa inicial do estudo consistiu em levantamento bibliográfico sobre a atividade pesqueira no município, visita ao local para identificação dos participantes da cadeia produtiva e consulta a fontes de dados secundários em órgãos públicos e organizações sociais, como: prefeitura municipal de Salinópolis, para obtenção do volume e o destino das principais espécies desembarcadas nos portos públicos no ano de 2011; colônia de pescadores Z-29, para verificação do número de embarcações pesqueiras e pescadores cadastrados; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER/PA), para verificação das ações de extensão pesqueira desenvolvidas no município; e Banco da Amazônia, para constatação das operações de crédito para a atividade.

Posteriormente, foram feitas expedições bimestrais ao município no período de novembro de 2010 a outubro de 2011, para realização de entrevistas semiestruturadas com aplicação de formulários específicos aos atores de todos os segmentos da cadeia produtiva. Importante ressaltar que foi empregado o método de amostragem de conveniência preconizado por Anderson, Sweeney e Williams (2002), que tem a vantagem de tornar relativamente fácil a seleção da amostra e a coleta dos dados, mas que não permite fazer extrapolação, facultando a análise para o número da amostra analisada.

As entrevistas foram realizadas com os proprietários ou encarregados dos seguintes em-

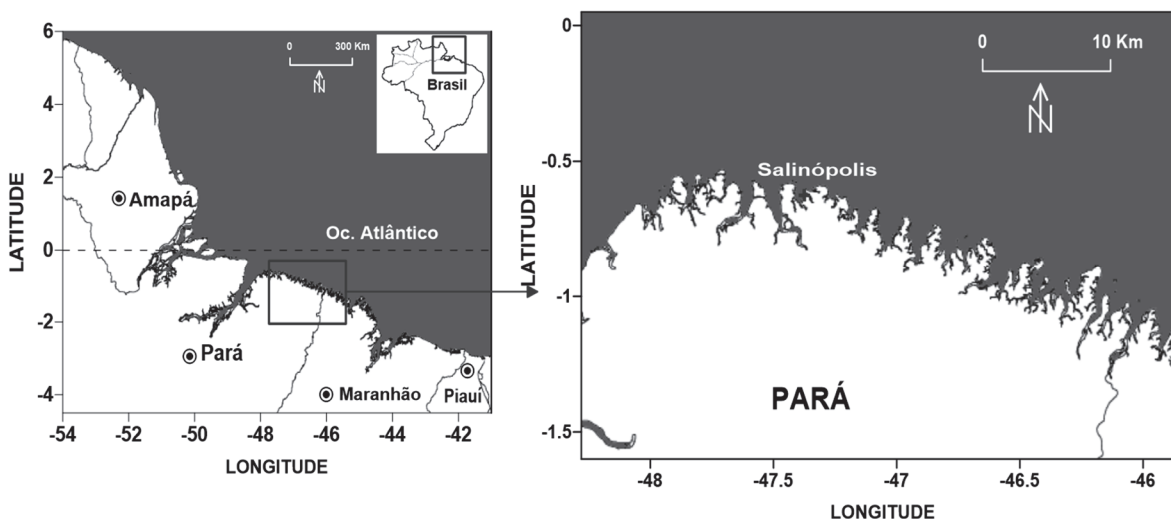


Figura 1 - Localização Geográfica do Município de Salinópolis, Estado do Pará.
Fonte: Dados da pesquisa.

preendimentos: estaleiro (1), fábricas de gelo (2), postos de combustível (4), lojas especializadas em equipamentos para a pesca (3), comércios varejistas e atacadistas de produtos alimentícios que abastecem a pescaria (4), embarcações pesqueiras (40), beneficiadoras artesanais (2), caminhões frigoríficos (10), pontos de comercialização de pescado no mercado municipal (10), restaurantes e hotéis (5) e consumidores locais (20), resultando num total de 101 formulários que foram avaliados por análise tabular e descritiva.

Para o tratamento dos dados referentes aos desembarques, utilizou-se o Microsoft Office Excel 2007 para representação gráfica e o programa SURFER 9.0 para geração do mapa de localização geográfica do município.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 - Identificação dos Participantes da Cadeia Produtiva

Foram identificados como participantes da cadeia produtiva da pesca artesanal em Salinópolis os seguintes segmentos: suprimento de bens e insumos, representado pelo estaleiro, fábricas de gelo, postos de combustível, serviços de manutenção, lojas especializadas em equipamentos para a pesca e comércios varejistas e atacadistas de produtos alimentícios que abastecem a pescaria; produção de pescado, constituído pelos arma-

dores e pescadores; processamento e transformação, formado pelas beneficiadoras artesanais; distribuição e comercialização, representado pelos atravessadores, pontos de comercialização no mercado municipal, hotéis e restaurantes; e consumidor final (Figura 2).

O suprimento, como primeiro segmento, é responsável em fornecer os bens e insumos necessários à prática da atividade pesqueira, neste caso, embarcação, gelo, combustível, apetrecho e alimentação da tripulação durante a pescaria (rancho). Não foram constatados no município locais que comercializassem motores náuticos a diesel e equipamentos de auxílio à navegação e à pesca.

O segmento de produção de pescado é composto pelos armadores, que geralmente são proprietários das embarcações e arcam com os custos operacionais da pescaria, e pela tripulação de pesca que, dependendo do porte da embarcação, pode ou não praticar divisão de trabalho a bordo.

No segmento de transformação, não há indústrias de processamento e transformação de pescado com certificação federal (SIF) ou estadual (SIE). Sobretudo, como é grande a demanda de hotéis e restaurantes por filé de peixe fresco, existem locais onde o beneficiamento é praticado de forma artesanal.

Os principais agentes de distribuição e comercialização são os comerciantes do mercado municipal e os atravessadores que, por meio de caminhões frigorífico, levam o pescado para outros

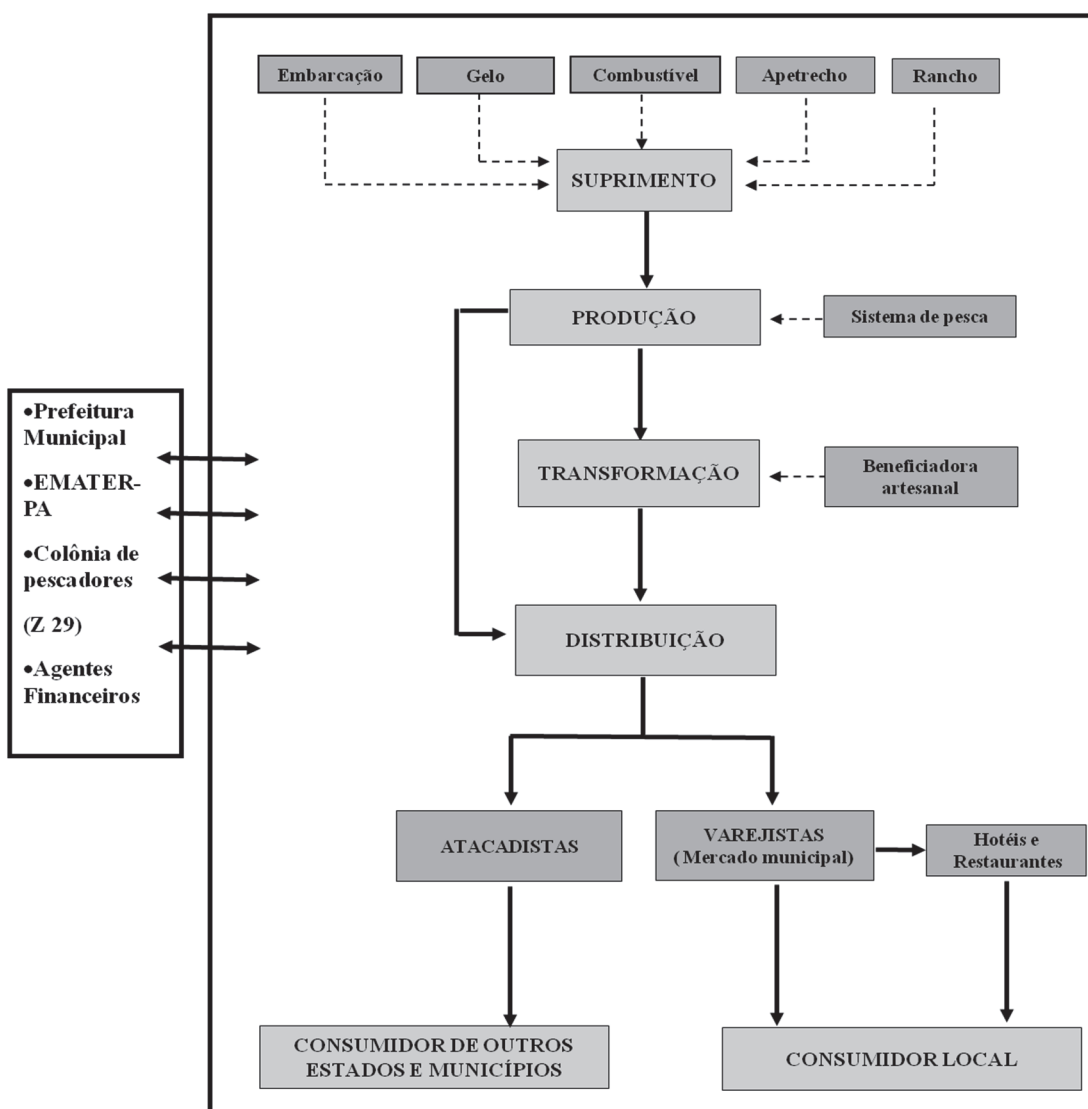


Figura 2 - Fluxograma da Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal do Município de Salinópolis, Estado do Pará.
Fonte: Dados da pesquisa.

municípios do Pará e outros estados da Federação, além de restaurantes e hotéis que compram em quantidades significativas, especialmente em épocas de verão.

No ambiente organizacional, verificaram-se quatro instituições atuantes no setor pesqueiro: a prefeitura municipal de Salinópolis, por meio da Diretoria de Pesca e Aquicultura; a EMATER/PA, com o escritório local do município; a colônia de pescadores Z-29, como a principal organização social dos pescadores; e os agentes financeiros, Banco da Amazônia e Banco do Brasil, que disponibilizam crédito para a atividade.

3.2 - Suprimento de Bens e Insumos

3.2.1 - Estaleiro

Constatou-se a existência de apenas um estaleiro atuando na construção e reforma de embarcações pesqueiras, fundado em 1997, com localização na sede do município e estrutura bastante rudimentar. Segundo o proprietário, natural de Salinópolis, este é o único em funcionamento e vem sofrendo com períodos de ociosidade.

A construção de embarcações teve seu ápice entre os anos de 1999 e 2001 quando o go-

verno federal, por meio dos agentes financeiros, disponibilizou crédito para pescadores artesanais especificamente para esta finalidade. Neste período, foram construídas 17 embarcações com 8 metros de comprimento, 2,5 metros de boca e 1,5 metro de pontal. Atualmente a principal demanda é por serviços de manutenção e reforma, nas áreas de pintura, calafetagem e marcenaria, sendo rara a construção de novas embarcações.

Em relação ao quadro de funcionários, o proprietário conta com cinco ajudantes, todos naturais do município e com habilidades em áreas distintas. Contudo, estes profissionais são contratados por diária conforme a demanda, ou seja, não apresentam vínculo empregatício. Nenhum possui capacitação formal na área de construção naval, tendo o conhecimento sido adquirido hereditariamente.

A principal dificuldade enfrentada pelo estabelecimento está na aquisição de madeira, pois apresenta alto custo, fornecimento esporádico e é originária de outros municípios, principalmente Tomé-açu. Entre as madeiras mais utilizadas na embarcação estão: o louro (*Licaria rígida*) na casaria, o piquiá (*Caryocar villosum*) e a sapucaia (*Lecythis pisonis*) no convés.

3.2.2 - Fábricas de gelo

O município de Salinópolis conta com duas fábricas de gelo, ambas particulares, que atendem tanto a demanda do município, quanto a de outros adjacentes. Estas empresas fornecem um insumo essencial para conservação do pescado a bordo e em terra, e ainda abastecem a maioria dos bares e pousadas da região.

A fábrica mais antiga encontra-se em operação há 14 anos, tendo trapiche próprio, caminhão frigorífico e um quadro de nove funcionários, todos com vínculo empregatício. Possui capacidade máxima de produção diária de 48 toneladas, mas a comercialização fica em torno de 28 a 35 toneladas por dia.

A outra fábrica de gelo existe desde 2003 e também conta com nove funcionários devidamente legalizados. Sua produção máxima diária é de 35 toneladas e a venda é de aproximadamente 30 toneladas por dia.

A forma de produção é semelhante nos dois estabelecimentos, visto que utilizam o sistema

de refrigeração por amônia e a grande maioria do gelo produzido é em escamas, destinado principalmente ao abastecimento de embarcações pesqueiras. A comercialização é feita com o uso de sacos de polietileno que custam R\$5,00 e apresentam capacidade de 50 kg; portanto, a tonelada, unidade mais usada na pesca, assume o valor de R\$100,00.

Outra similaridade está na forma de abastecimento das embarcações, onde os sacos são transportados com auxílio de carro de mão até a embarcação, utilizando-se uma chapa de aço no formato de uma “calha” para depositar o gelo no compartimento onde ficam as urnas.

Ambas as empresas não usufruem de nenhum tipo de subsídio governamental e realizam análises laboratoriais da água utilizada na fabricação do gelo a cada três meses. Sobre os aspectos relacionados à segurança no trabalho, todos os funcionários alegaram usar pelo menos botas e luvas como equipamentos de proteção individual.

3.2.3 - Postos de combustível

Segundo os armadores de pesca, o combustível representa a parcela mais significativa, do custo operacional, em torno de 60%. A quantidade a ser utilizada na viagem está relacionada principalmente com a potência do motor, a distância a ser percorrida até o pesqueiro e a duração da pescaria.

Embora o município apresente quatro postos de combustível, apenas um é adaptado para o abastecimento das embarcações. Este apresenta duas bombas, sendo uma com gasolina e óleo diesel, e outra situada sobre o maior trapiche municipal, que conta somente com óleo diesel e é destinada exclusivamente ao abastecimento de embarcações pesqueiras, funcionando somente em horário comercial e contando com apenas um funcionário.

De acordo com o responsável pelo estabelecimento, é frequente a condição de não conseguir atender à demanda das embarcações, o que torna necessário que os armadores transportem o combustível de outros postos em camburões, geralmente oferecidos pelas geleiras desde que o gelo seja comprado na mesma, sendo uma forma de atrair os clientes. Importante ressaltar

que o preço não é o fator limitante para a escolha, visto que todos os estabelecimentos praticam o mesmo valor do combustível.

Todos os proprietários dos postos de combustível do município afirmaram nunca terem usufruído de nenhum tipo de subsídio governamental, o que impossibilita a redução do preço do combustível para as embarcações.

3.2.4 - Lojas especializadas em equipamentos para a pesca

Os apetrechos de pesca são instrumentos de produção utilizados para captura do pescado, estando sua dimensão relacionada principalmente com a capacidade de investimento e produção do armador. Por não serem vendidos na sua forma acabada, é necessária a compra dos materiais separadamente para posterior confecção final.

Apenas três lojas comercializam materiais e equipamentos de pesca no município. Entre elas, duas funcionam há mais de 10 anos e possuem grande parte de seus produtos voltados à construção civil, sendo secundária a venda de artigos de pesca. A outra, de maior porte, é especializada e trabalha exclusivamente com produtos, nacionais e importados, relacionados à atividade pesqueira.

Esta última funciona há apenas 2 anos, sendo a única a comercializar produtos como lubrificantes, peças de motor, componentes do sistema elétrico de embarcações e equipamentos de proteção individual.

Equipamentos de auxílio a navegação, como GPS e rádio comunicador, e identificação de cardumes, como ecossonda, comuns nas embarcações de maior porte da pesca artesanal, não são vendidos pelas referidas lojas, situação justificada por não haver demanda expressiva por estes equipamentos na região.

3.2.5 - Comércio varejistas e atacadistas de produtos alimentícios que abastecem a pescaria

Os mantimentos destinados ao consumo dos pescadores durante a pescaria são chamados de rancho, sendo sua quantidade diretamente pro-

porcional ao número de pescadores a bordo e a duração da viagem. É composto basicamente por: arroz, feijão, macarrão, farinha, carne, frango e óleo, sendo os produtos perecíveis conservados em gelo, em caixas isotérmicas ou nas próprias urnas da embarcação.

No município existem vários estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios. Entre eles, apenas um vende no atacado, sendo este a preferência dos armadores de embarcações de médio e grande porte, pois oferece preços mais atrativos na compra de maiores quantidades, proporcionando redução nos custos com alimentação.

Todos os estabelecimentos onde ocorreram as entrevistas afirmaram não oferecer opções de pagamento diferenciadas para armadores, alegando receio de inadimplência devido à incerteza dos rendimentos da atividade; a maioria das vendas é feita à vista ou por meio de cartão de crédito.

3.3 - Produção de Pescado

3.3.1 - Sistemas de pesca

Foram identificados dois sistemas de pesca bem distintos no município de Salinópolis. O primeiro, de menor escala, caracterizou-se por embarcações com casco de madeira, comprimento menor que cinco metros, propulsão a vela e/ou motor a gasolina de até 5 HP, tripulação de no máximo quatro pescadores, conservação do pescado em caixas isotérmicas com gelo, a duração da viagem de até 1,5 dia e produção em torno de 50 a 150 kg, sendo localmente conhecida como pescaria de “ir e vir”.

Do total de formulários aplicados (40), 25% afirmou praticar a pescaria de pequena escala, com início nas primeiras horas do dia, entre 5:00 e 6:00 horas e retorno ao final da tarde, por volta das 18:00 horas. Os apetrechos mais utilizados foram a rede de emalhar e o espinhel, sendo as principais espécies capturadas: a pescada gó (*Macrodon ancylodon*), a tainha (*Mugil* sp.), a corvina (*Cynoscion virescens*) e o bandeirado (*Bagre bagre*).

Segundo os pescadores, parte da produção é destinada à alimentação das famílias e o excedente comercializado no mercado municipal

ou no próprio porto de desembarque. As principais dificuldades relatadas foram: baixo preço recebido pelo pescado e limitações estruturais da embarcação, que impossibilitam maior autonomia.

O segundo sistema de pesca, de maior escala, representou 75% dos formulários, contando com embarcação de maior porte, também com casco de madeira, mas com comprimento médio de 11,6 metros, dotada de motor a diesel, capacidade para até 12 tripulantes, urna de madeira e cimento para conservação do pescado em gelo, autonomia de 8 a 25 dias e produção variando de 4 a 6 toneladas. Entre os equipamentos de auxílio à pesca e navegação, foram encontrados: guincho hidráulico, GPS, ecossonda e rádio comunicador.

Os apetrechos mais utilizados neste sistema de pesca também foram a rede de emalhe e o espinhel, sendo as principais espécies-alvo: o serra (*Scomberomorus brasiliensis*), a pescada amarela (*Cynoscion acoupa*) e a gurijuba (*Sciades parkerii*). A fauna acompanhante também representou parcela significativa da produção: no caso de pescaria do serra, a anchova (*Pomatomus saltator*) e a tainha, e nas pescarias de espinhel, a uritinga (*Sciades proops*) e os tubarões (*Carcharhinus* sp).

A produção é comercializada com atravessadores, que transportam o pescado para outras cidades e até mesmo para outros estados em caminhões frigoríficos. As principais dificuldades apontadas pelos mestres e pelos pescadores praticantes deste sistema referem-se ao alto custo dos insumos da atividade (como apetrecho, combustível, gelo e rancho) e aos baixos rendimentos da atividade, respectivamente.

No tocante à pesca de curral, esta é praticada em menor proporção, comparativamente aos métodos analisados anteriormente, mas assume um papel de extrema importância para os pescadores, pois em determinados períodos do ano, garante o abastecimento e a renda para muitas famílias. Neste sistema são capturadas várias espécies, dentre as quais se destacam a pescada gó e a tainha.

O município conta com cinco locais de desembarque de pescado, sendo apenas um privado, pertencente a uma das fábricas de gelo. Entre os públicos, o trapiche municipal conhecido como "Porto Grande" se destaca como o mais utilizado, pois apresenta maior porte e facilidade no abastecimento de caminhões frigoríficos. Uma ca-

racterística peculiar deste porto é a localização privilegiada, visto que está situado num canal de maré que possibilita a movimentação da embarcação mesmo na maré baixa, sendo o preferido por armadores de médio e grande porte. Os outros pontos de desembarque apresentam dimensões menores e têm seu uso limitado pela influência da maré, sendo mais utilizados por embarcações de pequeno porte.

Segundo os dados obtidos na prefeitura municipal, no ano de 2011, foram acompanhados 374 desembarques nos trapiches públicos do município, que produziram 167.769 kg de pescado. Porém, é válido supor que tal contribuição seja superior, devido aos desembarques ocorrerem durante o dia todo e em muitos casos sem a presença dos fiscais da prefeitura.

3.4 - Processamento e Transformação

3.4.1 - Beneficiadoras artesanais

No tocante à agregação de valor ao pescado, não existem associações, cooperativas ou indústrias de beneficiamento regularizadas atuando no município. No entanto, constatou-se o expressivo comércio de pescado na forma de filé, produzido em pontos do mercado municipal ou em residências adaptadas. Em ambos os casos, a comercialização ocorre em embalagens plásticas de 1 ou 2 kg, tendo restaurantes e hotéis como principais consumidores.

Identificaram-se locais onde se pratica a salga de peixe, geralmente salga seca, com espécies de baixo valor comercial ou que não foram vendidas em sua forma fresca. Este procedimento apresenta como principal finalidade a conservação do pescado e tem como público alvo a população das comunidades rurais do município.

3.5 - Distribuição e comercialização

3.5.1 - Mercado municipal

O mercado público municipal de Salinópolis conta com 28 pontos de comercialização destinados exclusivamente à venda de pescado. Estes locais são chamados de *boxes* e apresentam infraestrutura razoável como paredes revesti-

das com azulejo, bancada de mármore e uma balança com capacidade para 20 kg.

Os principais fornecedores de pescado para os comerciantes são atravessadores locais que recebem o pagamento após a venda ao consumidor final. Houve, porém, relatos de compras feitas diretamente com armadores, em que o pagamento é realizado no ato da aquisição do produto.

O pescado comercializado no mercado é qualificado em classes, que vai da primeira, representada por espécies de alto valor comercial, até a nona, com espécies de baixa importância econômica, possuindo um preço específico, determinado pelos locatários, que são expostos em um painel visível para os consumidores.

O preço praticado no mercado está diretamente relacionado à sazonalidade das espécies, ou seja, o período de safra, em que o pescado atinge o menor preço devido à elevada oferta, e de entressafra, em que o valor é substancialmente elevado entre as espécies mais comercializadas. A variação de preço ao longo do período pesquisado foi: para pescada amarela, de R\$16,00 a R\$18,00; para serra, de R\$7,00 a R\$10,00; para pescada gó, de R\$2,50 a R\$4,00; e para bandeirado, de R\$4,00 a R\$5,50.

Em períodos de veraneio, ocorrem situações em que a oferta de pescado no município não é suficiente para abastecer o mercado, e os locatários se organizam e adquirem pescado de outros municípios, com auxílio dos caminhões frigoríficos cedidos pela prefeitura municipal.

Os locatários contam com um barracão para armazenar o pescado, localizado próximo ao mercado. Ele apresenta, porém, instalações precárias e não comporta grandes volumes. Eles ainda compram em pequenas quantidades, suficiente para a venda em até dois dias.

O pescado costuma ser vendido fresco, na forma inteira com ou sem cabeça, em postas ou em filés; para o consumidor que se sentir lesado em relação à quantidade de pescado aferida pelo locatário, a prefeitura disponibiliza uma balança localizada no interior do mercado, para aferir a pesagem. Este procedimento é feito por fiscais, vinculados à Diretoria de Pesca e Aquicultura municipal, que, em caso de constatação de alguma irregularidade, emitem uma notificação ao responsável e, se houver reincidência, é passível de revogação da autorização de uso do espaço.

3.5.2 - Atravessadores

A venda direta para atravessadores, proprietários de caminhões frigoríficos, é mais praticada por armadores de embarcações de médio e grande porte, devido ao volume de pescado. Neste tipo de negociação, é comum os armadores terem um ou mais atravessadores que possuem prioridade na compra da produção, sendo o preço o principal fator limitante. Definido o comprador, ele é previamente informado do dia de chegada da embarcação. No desembarque, o pescado é pesado e em seguida transportado até os caminhões frigoríficos, onde são armazenados e conservados em gelo para serem comercializados em outros municípios ou para outros estados.

Segundo os dados coletados pelos fiscais de porto, os principais destinos do pescado transportado por esta frota são os municípios de Bragança e Belém, correspondendo a mais de 50% do total. Há registro, porém, de outros Estados, como Maranhão, Ceará, Bahia, Tocantins e Pernambuco. Entre as principais espécies comercializadas para outros municípios estão pescada amarela, serra e gurijuba, as quais tiveram as variações em seus preços nos caminhões frigoríficos de R\$2,00 a R\$14,00, R\$5,50 a R\$8,00 e R\$4,00 a R\$6,00, respectivamente.

Outra opção de comercialização pouco empregada é o uso dos caminhões frigoríficos da prefeitura, que possibilita aos pescadores do município comercializar suas produções em outras localidades, em busca de melhor preço, reduzindo a participação de atravessadores ao longo da cadeia de comercialização.

Foi verificado que pescadores com produção pouco expressiva se organizam para somar suas produções, alcançando uma quantidade que seja viável para ser comercializada em outras cidades, em busca de preços mais atrativos. Neste caso, o pescado é destinado principalmente a municípios próximos, como Capanema e Castanhal.

3.6 - Consumidores Finais

3.6.1 - Consumidores locais

O município de Salinópolis apresenta um grande potencial turístico, sendo um dos destinos mais procurados em época de veraneio, mo-

vimentando a economia e proporcionando um incremento substancial na sua população.

Neste período, o consumo de pescados aumenta significativamente, por ser um recurso típico de cidades litorâneas e está entre os principais pratos oferecidos pela maioria dos restaurantes, sendo comercializado nas suas mais diferentes formas. Devido ao aumento da demanda, o pescado sofre reajuste no valor de venda, com aumento de mais de 20% para o consumidor.

Segundo os locatários do mercado municipal, nesta época, o faturamento aumenta em até quatro vezes em relação a outros períodos do ano, e a pescada amarela e a gurijuba despontam como as principais espécies comercializadas, sendo a primeira vendida principalmente em forma de filé.

A rede hoteleira conta com 38 estabelecimentos entre pousadas e hotéis, a maioria localizada próximo às praias, e mais de 130 restaurantes que compram o pescado *in natura* no mercado municipal e comercializam com valor agregado para seus clientes, o consumidor final da cadeia produtiva.

3.7 - Ambientes Institucional e Organizacional

3.7.1 - Prefeitura municipal de Salinópolis

No ano de 2010, a prefeitura municipal viabilizou o Programa Projovem, uma iniciativa do governo federal que tem como objetivo preparar jovens, com idades entre 18 e 29 anos, para o mercado de trabalho por meio de cursos de qualificação profissional, com duração média de seis meses.

A escolha dos cursos ofertados foi feita de acordo com as necessidades do município. A prefeitura considerou os cursos na área de Construção civil, Agroecologia, e Pesca e Aquicultura relevantes, as quais beneficiaram 120 jovens do município.

No ano de 2011, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) ofertou cursos na área beneficiamento do pescado, com a missão de apresentar técnicas de beneficiamento dos recursos pesqueiros, desde minimamente processado a industrialização, bem como técnicas de manipulação, higiene e conservação de pescado. Pessoas ligadas diretamente a atividade pesqueira tinham prioridade no preenchimento das vagas.

A utilização dos portos públicos do município, para o desembarque de pescado, seguem as seguintes regras pela prefeitura: 1) é cobrado o valor de R\$0,05 para cada quilograma de pescado desembarcado, independente de espécie, sendo essa arrecadação repassada à diretoria de pesca do município, onde é destinada ao custeamento de bens de consumo e manutenção dos equipamentos usados pelos fiscais; e 2) caso o pescado seja destinado a outro município ou estado, 30% do total desembarcado deve ficar no município para abastecer o mercado municipal, que geralmente é comprado por balanceiros do município, para garantir a oferta de pescado na região e evitar bruscas variações de preço; mas esta medida pode ser desconsiderada caso o mercado esteja suprido de quantidade suficiente para atender à demanda local.

Para a comercialização de pescado, a prefeitura disponibiliza 27 pontos de venda no mercado municipal. Seu uso é restrito a pessoas do município que não tenham outra fonte de renda, por meio do termo de autorização expedido pela prefeitura. É de responsabilidade do locatário: despesas como água e luz, limpeza diária do local e qualquer tipo de dano. É cobrada uma taxa mensal no valor de R\$30,00 de cada locatário, destinado a custear obras de reparos na estrutura do mercado.

Para garantir a organização e o cumprimento das regras, a prefeitura conta com funcionários ligados à Diretoria de Pesca e Aquicultura municipal, que atuam como fiscais de porto, acompanhando os desembarques nos trapiches, e um lotado no mercado municipal.

Em relação à obtenção de bens, em 2009, a prefeitura, por meio de editais públicos do MPA, adquiriu dois caminhões frigoríficos, com capacidade de 4 toneladas cada um, e um caminhão-feira, de 3 toneladas, para serem utilizados na comercialização da produção de pescadores da região para outras localidades. O uso destes veículos é garantido, deste que seja feito o cadastro do pescador na diretoria de pesca do município, comprovando a sua profissão e sua residência no município, para em seguida ser feito o agendamento para o uso do veículo.

É cobrada uma taxa fixa de uso, por viagem, no valor de R\$100,00, sendo os custos com combustível e gelo de responsabilidade do interessado. O transporte deve ser dentro dos limites terri-

toriais do estado e não ultrapassar dois dias sendo feito por motorista cedido pela prefeitura.

3.7.2. Colônia de pescadores Z-29

As colônias de pescadores constituem as organizações clássicas de representação dos pescadores no Brasil. Sua área de jurisdição geralmente é o município. No ambiente estadual, as colônias estão vinculadas a uma federação e, no nacional, compõem a Confederação dos Pescadores do Brasil. No Estado do Pará, uma parte delas está vinculada ao Movimento Nacional dos pescadores (MONAPE), ramo estadual do Movimento dos Pescadores do Pará (MOPEPA) (LOURENÇO et al., 2003).

Fundada em 1928, a sede da colônia de pescadores do município (Z-29) possui 3.322 pescadores artesanais e 230 embarcações cadastradas. Entre as taxas praticadas pela colônia está a mensalidade, no valor de R\$7,00, sendo 85% o índice de inadimplência com a entidade, que foi justificado pela falta de credibilidade do atual presidente perante a categoria, que se encontra no cargo há dez anos.

No tocante a ações sociais, no ano de 2007, a colônia participou do programa da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PE) em parceria com o Ministério da Educação (MEC), chamado “Pescando Letras”, que tinha por objetivo promover a inclusão social pela alfabetização de jovens e adultos pescadores e pescadoras artesanais por meio de metodologia específica para a categoria, considerando a realidade do pescador, com a implantação de turmas só de pescadores, e época e duração dos cursos levando em conta a irregular disponibilidade de tempo dos pescadores. Apesar da grande importância social do programa, não houve pescadores interessados em participar.

Em 2009 foi realizado, pela Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, o Curso de Formação de Aquaviários - Módulo Especial (CFAQ-E), que tem como objetivo capacitar e profissionalizar as pessoas que trabalham a bordo de embarcações. Com duração de 35 horas/aula, ministradas em cinco dias, abordou diversos conteúdos, como noções básicas de marinharia, primeiros socorros, sobrevivência do naufrago, regras de manobras,

luzes e sinais sonoros, navegação, estabilidade, manutenção em motor diesel e prevenção da poluição do meio ambiente.

Ao final, foram submetidos a uma prova que avalia seus conhecimentos em relação aos assuntos abordados, a fim de alcançarem uma nota para serem aprovados e receberem sua carteira na categoria de pescador profissional (POP) ou motorista de pesca (MOP). Este documento é de uso obrigatório para a prática de suas atividades, e foram capacitados 120 pescadores do município. Devido à grande demanda por este curso, em 2011, a colônia formalizou o pedido à capitania dos portos para o mesmo ser realizado novamente no município.

As participações dos pescadores artesanais no Programa do Seguro-Defeso, que é um benefício temporário criado pelo governo federal/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), visa dar assistência financeira ao pescador profissional durante o período de defeso, quando a pesca é proibida, para assegurar a preservação dos estoques de determinadas espécies. Em se tratando deste benefício para os pescadores do município, não houve nenhum beneficiário, devido às espécies-alvo capturadas por eles não possuírem legislação específica, e não apresentarem períodos de restrições à pesca.

3.7.3 - EMATER/PA

Atualmente a EMATER conta com um quadro bastante reduzido de profissionais (um engenheiro agrônomo e uma socióloga), tendo que atuar em diversas áreas, entre elas a atividade pesqueira, o que dificulta a implementação de ações de assistência técnica e extensão rural, específicas para o setor.

Entre os programas de auxílio financeiro ao pescador que a entidade intermediou está o PRONAF, que no ano de 2009, por meio de uma linha de crédito direcionada a pescadores artesanais oferecida pelo Banco da Amazônia (BASA), financiou até R\$25.000,00, sendo que parte deste recurso, R\$10.000,00, foi dada em espécie e o restante em material para confecção de apetrechos, com um ano de carência e o restante em parcelas trimestrais durante cinco anos.

Neste programa, apenas 45 pescadores

foram contemplados com o auxílio. Este número reduzido se deve à maioria que submeteu o pedido de empréstimo ter seus processos indeferidos, principalmente, por estar com algum tipo de restrição ao crédito ou não possuir todos os documentos necessários para a efetivação.

Em agosto de 2011, a entidade realizou levantamento com o agente financiador para verificar a situação dos beneficiados do referido programa, e constatou que 90% dos empréstimos estavam com pagamentos em atraso, havendo casos em que ainda não havia sido efetuado o pagamento da primeira parcela. Portanto, devido à elevada taxa de inadimplência, não foram realizados novos empréstimos por intermédio da instituição.

Diante desta realidade, a EMATER trabalha na conscientização de pescadores beneficiados com empréstimos e aqueles que têm interesse em pleitear novos financiamentos, ofertando o curso de crédito rural no qual é enfatizado o uso responsável do recurso financeiro e suas vantagens. E ainda está intermediando a renegociação, com os bancos, de dívidas de pescadores beneficiados que se encontram inadimplentes.

4 - CONCLUSÕES

- Apesar de a atividade pesqueira representar uma fonte econômica importante de ocupação de mão de obra, produção de alimento e geração de renda para a população de Salinópolis, sua cadeia produtiva apresenta pontos fracos em vários segmentos, em especial no suprimento de bens e insumos e na distribuição e comercialização do pescado.

- Não existem profissionais com formação na área de pesca nos órgãos públicos atuantes no município e não há disponibilidade de crédito para pescadores artesanais por parte dos agentes financeiros, a inadimplência provocou o estabelecimento de regras mais rígidas para a liberação de financiamentos.

- A cadeia produtiva da pesca artesanal em Salinópolis carece urgentemente de fortalecimento da organização social dos pescadores, políticas públicas mais efetivas, viabilização do fornecimento de insumos de qualidade, fiscalização ambiental e unidades de beneficiamento com certificação dos órgãos competentes.

LITERATURA CITADA

ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. **Estatística aplicada à administração e economia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 642 p.

CASTELLO, J. P. O futuro da pesca e da aquicultura marinha no Brasil: a pesca costeira. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 32-35, 2010.

DINIZ, M. J. T. et al. Setor pesqueiro no Estado do Pará: concentração espacial e fragilidades da cadeia produtiva. **Revista de Estudos Sociais**, Mato Grosso, 'v. 12, n. 23, p. 30-61, 2010.

FERRO, A. S. **Diagnóstico participativo qualitativo sobre a pesca artesanal no município de Salinópolis - PA**. 2010. 159 p. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **Fishery and aquaculture statistics 2009**. Roma: FAO, 2011. 78 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17. mar. 2012.

ISAAC-NAHUM, V. J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazonico: um desafio para o futuro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 33-36, jul./set. 2006.

LOURENÇO, C. F. et al. A pesca artesanal no Estado do Pará. Belém: SETEPS/SINE-PA, 2003. 154 p.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA. **Boletim estatístico da pesca e aquicultura**: Brasil 2008-2009. Brasília: MPA, 2010. 99 p.

SANTANA, A. C. **Arranjos produtivos locais na Amazônia**: metodologia para identificação e mapeamento. Belém: ADA, 2004. 105 p.

SANTOS, G. M.; SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 165-182, 2005.

SANTOS, M. A. S. A cadeia produtiva da pescada artesanal no Estado Paraná: estudo de caso no nordeste paraense. **Revista Amazônia Ciência e Desenvolvimento**, Belém, v. 1, n. 1, p. 61-81, jul./dez. 2005.

SILVA, L. C. **Cadeia produtiva de produtos agrícolas**. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2005. 10 p. (Boletim Técnico, 1).

A ATIVIDADE PESQUEIRA NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS, ESTADO DO PARÁ

RESUMO: *Objetivou-se caracterizar a atividade pesqueira no município de Salinópolis, Estado do Pará. Foram efetuadas expedições mensais de novembro de 2010 a outubro de 2011 para realização de entrevistas semiestruturadas com atores sociais da cadeia produtiva, bem como consulta a instituições públicas e organizações sociais. Constatou-se a existência de um arranjo produtivo local ainda incipiente, com significativas deficiências nos elos de transformação e comercialização do pescado, bem como nos ambientes institucional e organizacional. Contudo, a disponibilidade de insumos básicos, o volume e a diversidade de espécies desembarcadas e a logística de distribuição do produto são aspectos positivos na cadeia de produção.*

Palavras-chave: *economia pesqueira, cadeia produtiva, pesca artesanal.*

THE FISHING DYNAMICS IN THE CITY OF SALINÓPOLIS, STATE OF PARÁ

ABSTRACT: *This study aimed to characterize the fishing activity in the city of Salinópolis, state of Pará. We conducted monthly expeditions between November 2010 and October 2011 to carry out semi-structured interviews with the social actors of the supply chain, as well as consultations with public institutions and social organizations. We verified the existence of a still incipient local production arrangement, with significant deficiencies not only in the transformation and commercialization links, but also in the institutional and organizational environments. Nevertheless, the availability of basic inputs, the volume and diversity of species landed, and the logistics of product distribution are positive aspects in this supply chain.*

Key-words: *fishery economy, supply chain, artisanal fishing, Brazil.*

Recebido em 23/08/2016. Liberado para publicação em 03/03/2017.